

A NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Clara Sefair¹
Isadora Abreu Cutrim²

Resumo

A partir do conceito de *necropolítica*, desenvolvido por Achille Mbembe, e sua análise no contexto do capitalismo neoliberal no Brasil, levando em consideração o impacto, principalmente, no período de diminuição das políticas de bem-estar social, o presente artigo busca investigar os reflexos das políticas de austeridade do atual governo, de Jair Messias Bolsonaro, eleito em outubro de 2018, e como são aplicadas as *políticas de morte* à classe trabalhadora urbana e, em especial, às mulheres trabalhadoras. Investigam-se também as relações entre a reforma no sistema previdenciário, a reforma trabalhista, a política armamentista, as políticas de segurança pública, entre outras, com o agravamento da crise urbana nos grandes centros do país, lançando luz ao possível impacto de tais medidas nas populações marginalizadas. Palavras-chave: necropolíticas, austeridade, mulheres.

NEOLIBERAL NECROPOLITICS AND AUSTERITY POLICIES IN JAIR BOLSONARO'S GOVERNMENT

Abstract

Based on the concept of *necropolitics*, developed by Achille Mbembe, and his analysis about the context of the neoliberal capitalism in Brazil, taking into account the impact, especially at the moment of social welfare policies reduction, this article seeks to investigate the reflexes of the austerity policies at the current government of Jair Messias Bolsonaro, elected on October 2018, and how the *death policies* are applied to the urban working class and, in particular, to the working women. The study also investigates the relationship between Pension Reform, Labor Reform, Arms Policy, Public Security Policies, among others, with the aggravated urban crisis on the country's major centers, shedding light at the possible impact of such measures on marginalized populations.

Keywords: necropolitics, austerity, women.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e Pós-graduada em Gerenciamento de Projetos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Introdução

O conceito de *necropolítica* desenvolvido por Achille Mbembe define “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016). O autor parte dos conceitos de biopoder de Foucault, e de estado de exceção e estado de sítio, de Agamben, para argumentar que o direito de matar emerge a partir da noção de que o outro é o inimigo, “apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2016).

A categorização de sujeitos entre os que *devem viver e os que devem morrer*, no entanto, não acontece de forma aleatória, está intrinsecamente conectada a fatores como raça e classe, sendo esta última especialmente relevante na desumanização de diversos outros, que passam então a estarem suscetíveis às políticas de morte dos estados ocidentais na modernidade. (MBEMBE, 2016) Assim, “a percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança” é a ideia fundamental para a existência de políticas de morte protagonizadas por estados sob o regime de democracia” (MBEMBE, 2016).

Algumas ampliações possíveis a este conceito apontam para o fato de que as políticas neoliberais, ou seja, aquelas que pregam a diminuição do papel do estado na economia e na promoção do bem-estar social, são também políticas de morte por deixarem morrer suas populações através de políticas de austeridade e exclusão. A “necropolítica neoliberal deixa morrer os dependentes, os sem-teto, os doentes crônicos, as pessoas nas listas de espera” (VALVERDE, 2017), os aposentados, os homossexuais, os negros, as mulheres, entre tantos outros grupos de minorias. “Os corpos que não são rentáveis para o capitalismo neoliberal, que não produzem nem consomem, são deixados para morrer” (VALVERDE, 2017). Assim, o papel de exercer soberania para “definir quem importa e quem não importa, quem é *descartável* e quem não é” (MBEMBE, 2016) é protagonizado por estados e governos neoliberais, com os objetivos evidentes de promover o fortalecimento dos setores privados, ou do capital internacional, como no caso do Sul Global (os países em desenvolvimento, as ex-colônias e os países de industrialização tardia), em detrimento do público e do comum.

Conforme escrito por Engels, em 1884, “com a expansão do comércio, o dinheiro e a usura, a propriedade fundiária e a hipoteca, a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa”, (ENGELS, 2006) houve um rápido progresso também, paralelamente, do empobrecimento das massas. E é na desigualdade socioeconômica que o capitalismo se apoia, ou seja, para a manutenção desse sistema, milhares de pessoas necessitam viver na miséria. No Brasil, o capitalismo neoliberal ganhou espaço a partir da década de 90, cerca de duas décadas depois dos países centrais do sistema capitalista global. Nesta década, também, Souza (2008) aponta que há um aumento do debate acerca da segurança pública nas grandes cidades brasileiras motivado pelo agravamento da sensação de insegurança nos centros urbanos. As complexas relações de subserviência e subdesenvolvimento, a desigualdade brasileira que mantém populações em escassez, e a precarização do mundo do trabalho promovida pela onda neoliberal marcam profundamente os territórios metropolitanos e dos grandes centros urbanos. O poder público responde com a militarização da questão urbana enquanto assiste ao agravamento da fragmentação deste tecido urbano cada vez mais marcado pelos enclaves territoriais dominados pelo sistema de tráfico varejo e pelas milícias, enquanto as elites promovem sua auto-segregação em territórios vigiados e controlados, que mantém longe “os outros” (SOUZA, 2008).

Podemos apontar que foi nos grandes centros urbanos que a narrativa do *inimigo*, descrita por Mbembe (2016) como fundadora da *permissão* de matar, ou deixar morrer, ganhou força nas últimas décadas do século XX. Assim, baseada na questão da segurança pública, a narrativa toma espaço nos debates públicos, no senso comum, no aparato midiático e destina a sujeitos e territórios o papel de inimigos aos quais o Estado destinará seu braço armado e o encarceramento em massa. Souza (2008) aponta que tem-se o fenômeno de uma *guerra civil molecular*, uma guerra de cidadãos contra cidadãos que acontece nas *fobópoles* brasileiras, ou seja, nas cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Os componentes reais da escalada da violência têm seus impactos sociais ampliados pela sensação de insegurança e medo constantes que promovem ainda mais fragmentação do tecido socioespacial, sendo fortes obstáculos para a promoção de justiça social nos centros urbanos (SOUZA, 2008).

Mais recentemente a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, amplia e reforça a construção da narrativa de populações e territórios inimigos do interesse nacional, das morais religiosas ou dos *cidadãos de bem*. Ainda durante a campanha presidencial o então candidato levantava questões polêmicas no intuito de promover e incentivar a perseguição aos excluídos. Seguindo suas promessas de campanha, o presidente tem encaminhado sua agenda no congresso, em grande parte, com projetos que reforçam a política de austeridade neoliberal e de exclusão das minorias. Pelo exposto, interessa investigar os potenciais reflexos das políticas de austeridade neoliberais propostas pelo atual governo, tendo como método a pesquisa bibliográfica em referencial teórico, como os já citados autores Achilles Mbembe e Marcelo Lopes de Souza, entre outros, à qual soma-se o levantamento e análise crítica de dados socioeconômicos acerca da realidade urbana brasileira, que servirão de base para a construção da hipótese de que as *políticas de morte* são especialmente destinadas à classe trabalhadora, principalmente à classe trabalhadora urbana e penalizam sobretudo as mulheres trabalhadoras.

Necropolíticas e o Cidadão de Bem

³Ainda na metade do primeiro ano de governo já é extensa a lista de medidas ou propostas apresentadas pelo presidente e por sua equipe que atacam diretamente grupos específicos na sociedade em defesa dos interesses escusos de grupos conservadores e detentores do grande capital financeiro e político.

A flexibilização da posse e do porte de armas, postas em prática por decreto presidencial posteriormente revogado, por exemplo, ampliaria o acesso a armas de fogo a grande parcela da população, utilizando o argumento da defesa pessoal do *cidadão de bem* contra os *marginais* e *bandidos*. Não é difícil imaginar que o cenário de incentivo à violência contra grupos e corpos desviantes do modelo masculino, branco e heteronormativo, amplamente defendido e veiculado pela base governamental, colocaria como alvos principais as pessoas negras, LGBTQ+, as mulheres e as minorias étnicas. Aliado a isso, é reforçada a criminalização dos movimentos sociais, em especial, daqueles que lutam pelas reformas urbana e rural, e ligados a setores da esquerda. Esta é uma clara desvalorização da vida perante a supervalorização da propriedade privada.

³ Todas as imagens contidas nesse trabalho são de autoria de Tássia Rocha, arquiteta e urbanista, graduada pela UFJF, cantora, compositora e artista de Juiz de Fora - MG. Trabalhos da artista disponíveis em: https://instagram.com/tata_mcrocha?igshid=wzsa2aty0e2s.



Figura 1: BRASIL SUBMERGENTE (Colagem manual, tamanho A4).
Fonte: Tássia Rocha.

Em defesa da propriedade, o sujeito, frequentemente associado ao padrão - homem, branco, cis gênero e heterossexual -, teria o aval do poder público federal para utilizar armas letais contra qualquer corpo ou sujeito que agisse contra suas posses ou que ameaçasse sua soberania de alguma forma. Este é o caso dos ruralistas, a *bancada da bala* e apoiadores do governo atual. Os decretos de armamento, prometidos em campanha por Jair Bolsonaro, não seguiram o curso desejado, porém os grandes proprietários rurais ainda saíram como vitoriosos. No dia 26 de junho de 2019, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o Projeto de Lei 3715/2019, de autoria de Marcos Rogério (DEM-RO), que garante a posse e o uso de armas de fogo em toda a extensão da propriedade rural. Não é à toa que o atual Secretário Nacional de Assuntos Fundiários seja o presidente do partido União Democrática Ruralista (UDR).

Não é coincidência também a instrumentalização da própria violência urbana para justificar a necessidade de autodefesa da população que se sente *acuada e temerosa frente bandidos fortemente armados*, argumento amplamente utilizado nas campanhas para governadores dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em insinuações diretas à permissividade das forças de segurança pública do Estado, muitas vezes usadas de modo arbitrário e com livre violência, podendo atirar e *abater* suspeitos. Toda a articulação armamentista tem um claro objetivo de criminalização da pobreza e de manutenção do status quo.

Outros retrocessos foram propostos para pautas fundamentais como a educação pública, vítima de cortes orçamentários, sucateamento e ataques que visam deslegitimar o sistema de Institutos Federais de Ensino Superior; ou as pautas ambientais, que visam a flexibilização da legislação ambiental em prol de atividades como agronegócio e mineração, além da violência arbitrada contra povos originários e tradicionais, como os indígenas e camponeses, principais vítimas da degradação socioambiental proveniente do pacote de agrotóxicos aprovados e do consentimento para atuação de grilagens, desmatamento e invasão de terras de reservas ambientais ou indígenas.

Os setores religiosos têm ganhado ainda mais força nesse cenário também, os *novos missionários*, como diz Federici (2019), são financiados por forças de direita e esse perigoso movimento alega que o demônio está conspirando e que os diversos problemas de ordem socioeconômica devem ser atribuídos ao Satanás. Neste momento, em especial, as mulheres, independente da renda, passam a ser questionadas, vigiadas e ainda mais julgadas, reforçando os movimentos tradicionais de *papel da mulher* na sociedade.

A *caça às bruxas*, termo cunhado atualmente pela escritora Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a Bruxa* (1ª Edição: Elefante, 2018), acompanha a condição social das mulheres e a imagem feminina na sociedade, trazendo terror até os dias atuais, pois contribui para desvalorizar e destruir o poder social da mulher. O mito das bruxas ainda faz distinção de idade, porém em todas as faixas etárias, as mulheres devem atender às relações tradicionais de reprodução cultural e ainda, estarem cercadas de marido e filhos para serem minimamente respeitadas.

Com relação a este termo, uma política higienista e totalmente autoritária do governo e que acendeu a chama da *caça às bruxas* também, é a perseguição a professores, funcionários públicos, entre outros, que tivessem qualquer filiação partidária de esquerda. Tudo isso demonstra a necessidade política de desarticular grupos sociais já periféricos e retirar os direitos da população sob a desculpa do *cidadão de bem*.

Por todo o exposto, pode-se apontar que o governo Bolsonaro utiliza seu aparato institucional e o apoio de grandes setores da sociedade para promover necropolíticas neoliberais que seriam responsáveis pela “criação de mundos de morte, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status demortos-vivos” (MBEMBE, 2016) como seres desinteressantes ao poder político econômico vigente e que são deixados para morrer, ou deixados à própria sorte.

Uma questão que merece destaque é a proposta de Reforma da Previdência. Apresentada como uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro através da PEC 6/2019, a proposta foi aprovada Câmara dos Deputados em dois turnos de votação. O próximo e último passo para a aprovação é a apreciação no Senado e, segundo veiculação ampla na mídia, a expectativa da base governamental é de que o processo de aprovação do texto seja concluído no mês de setembro. A Proposta de Emenda à Constituição elaborada por Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro é a atual face do debate acerca da necessidade de reformas amplas no sistema previdenciário e de seguridade social, sob a iminência de um colapso no próprio sistema em meio a, já agravada, crise socioeconômica. A atual proposta contém medidas *mais amplas, profundas e duras* que aquela encaminhada para o Congresso no ano de 2016, ainda no governo Temer, através da PEC 287 (DIEESE, 2019).

A Reforma proposta atinge indistintamente trabalhadores e trabalhadoras, do meio urbano ou rural, sendo um retrocesso nos direitos trabalhistas de todos os cidadãos e cidadãs. Ainda assim, é evidente que os impactos são distintos ao atingir os diversos grupos sociais, principalmente em um cenário de extrema desigualdade.

Dados do IBGE de 2017⁴ indicam que os 10% mais ricos ganham quase 20 vezes mais

4 IBGE. 10% da população concentram quase metade da renda do país. Agência IBGE de Notícias. 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>. Acesso em 13/08/2019.

que os 40% mais pobres. Este grupo, dos 10% mais ricos, concentra 43,1% da riqueza brasileira. Na região Nordeste do país se encontra a maior taxa de desigualdade, a diferença só não é maior por causa da Seguridade Social das aposentadorias e pensões. Sendo que, segundo dados coletados por Prates (2019), 74% da renda dos brasileiros vem do trabalho e 19% advém de aposentadoria e pensão (7% de outras fontes) e no Nordeste, 67% decorrem do trabalho e 24% da aposentadoria e pensão (9% de outras fontes). Ou seja, “não se pode imaginar uma verdadeira reforma da Previdência sem considerar o papel estratégico que as aposentadorias e pensões desempenham na vida do povo e na economia” (PRATES, 2019).

Segundo fontes do jornal O Estado de São Paulo⁵, a Reforma da Previdência exercerá um impacto negativo no mercado de trabalho brasileiro, já marcado pelos baixos salários e pelo desemprego.

Ao dificultar o acesso à aposentadoria e reduzir o valor do benefício dos mais pobres, o mercado de trabalho será pressionado por um número ainda maior de pessoas tentando garantir sua subsistência em ocupações precárias. Uma vez que a renda dos aposentados garante uma contribuição substancial na composição da renda das famílias, especialmente em períodos de crise econômica e elevado desemprego, a pobreza oriunda da reforma da previdência compeliará idosos e pessoas cada vez mais jovens para o mercado de trabalho (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

O governo Jair Bolsonaro ainda pretendia alterar as regras para o público que hoje recebe o Benefício da Prestação Continuada, que é concedido a idosos e pessoas com deficiência. “A principal mudança seria o valor do pagamento, que não ficaria atrelado ao salário mínimo, como é hoje” (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

Mas por que o capital consegue exercer tanta influência sobre as políticas públicas e sobre a cidade? “E por que as forças populares são relativamente fracas contra esse poder?” (HARVEY, 2009). Um importante fator é a política de austeridade, onde são cortados investimentos públicos para o bem-estar social. Nessa lógica, a poupança é considerada oposta ao consumo e o governo é *obrigado* a cortar gastos pois não há arrecadação suficiente. Políticas como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a liberação para saque do FGTS, implementadas no contexto pós golpe de 2016, são austeras porque reduzem o custo do trabalhador e aumentam a desigualdade social. Segundo, a revista Carta Capital (2017), “no neoliberalismo, a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos, aumentar a concentração da renda nacional e prejudicar seu crescimento e da geração de empregos”. Outro importante fator que deve ser mencionado é a financeirização propriedade privada e a especulação imobiliária. O capitalismo necessita de espaço físico para funcionar, sobre este assunto, Harvey (2009) coloca que muitas das crises financeiras do neoliberalismo tiveram origem na urbanização e na concentração fundiária e, desde a década de 70 as políticas neoliberais têm reduzido os salários e às classes trabalhadoras a uma situação de débito. “Desse modo, mais e mais pessoas de baixa renda foram levadas a contrair dívidas” (HARVEY, 2009). Rolnik (2015) classifica essas populações como os *endividados sem-teto*.

5 PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A. Proposta de mudança em benefício para idosos de baixa renda foi retirada de texto da reforma. O Estado de S. Paulo. Matéria publicada em 4 de fevereiro de 2019 e atualizada em 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-nova-previdencia-idosos-de-baixa-renda-va-receber-menos-que-um-salario-minimo,70002707384>. Acesso em: 12/07/2019.

A propriedade imobiliária (real estate) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiros. [...] As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos *sem lugar*, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades (ROLNIK, 2015).

Harvey (2008) aponta para o papel central das cidades e da urbanização na absorção de capitais excedentes através da transformação urbana. O processo, muitas vezes violento, é motivado pelo poder financeiro com apoio estatal e promove a expropriação de populações pobres e marginalizadas de seus territórios para que as atividades imobiliárias possam agir na reconstrução produzindo excedente e mais-valia num contínuo fluxo de acumulação de capital que utiliza-se da mercantilização da terra urbana. A urbanização que *sempre foi um fenômeno de classe* (HARVEY, 2008) apoia-se na exploração continuada de trabalhadores e trabalhadoras:

O crescimento das cidades grande modernas dá à terra de algumas áreas, particularmente daquelas centralmente localizadas, um progressivo valor artificial e colossal. As construções nestas áreas desvalorizam ao invés de valorizar, porque elas não pertencem mais às circunstâncias alteradas. Elas são demolidas e substituídas por outras. Isto ocorre, sobretudo, com as moradias dos trabalhadores centralmente localizadas e cuja renda, mesmo com superlotação, nunca pode, senão muito lentamente, se elevar além de um certo maximum. Elas são demolidas e, em seus lugares, lojas, armazéns e edifícios públicos são erguidos (ENGELS, 1935 in HARVEY, 2008).

Se as cidades desempenham papel central na acumulação de capital financeiro na atualidade, também nelas estão as populações mais gravemente atingidas pelas políticas de austeridade implementadas pelo neoliberalismo. São nas periferias das grandes cidades e metrópoles que concentram-se as populações mais vulnerabilizadas e penalizadas pelo sistema pois há, nesses espaços geográficos,

uma superposição de indicadores sociais e econômicos [...]: baixa renda, baixa escolaridade, maior taxa de homicídios, maior taxa de feminicídio, maior número de favelas, maior número de famílias chefiadas por mulheres ou idosos, maior informalidade no trabalho, maior taxa de desemprego (MARICATO, 2019).

Então, ao contextualizarmos as políticas de austeridade e a necropolítica, podemos entender que elas tem o objetivo claro que excluir os cidadãos que não fazem parte da elite produtora e detentora dos bens de produção e que o direito à cidade e à qualidade de vida no espaço urbano não é para todos. A acumulação financeira privada e o empobrecimento populacional é uma contradição chave do modelo neoliberal capitalista.

A Reforma da Previdência, as mulheres e as cidades

A Reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, e com forte apoio da Câmara dos Deputados, como já exposto, é uma medida que a longo prazo aprofundará a desigualdade social do país, e praticamente extinguirá “o pouco do Estado de Bem-Estar criado pela Constituição de 1988” (PRATES, 2019). Os recentes ataques aos trabalhadores e trabalhadoras não atingem apenas o sistema

de previdência social mas visam também um desmonte dos direitos trabalhistas. A classe trabalhadora é cada vez mais explorada pelo capital neoliberal com anuência e cooperação do Estado. Sem direito à emprego digno e seguro, muitas vezes atuando em atividades informais, tendo acesso negado à educação e à saúde públicas, e, ainda, sem aposentadoria, são vítimas da perversa dinâmica urbana de confinamento das massas nas periferias.

Ainda que pequenas vitórias importantes tenham sido conquistadas pelas manifestações de setores da sociedade e pela oposição de esquerda no Congresso Nacional, conseguindo barrar, por exemplo a capitalização da previdência, o texto aprovado mantém a lógica de penalização dos mais pobres, apesar do discurso da base governamental e seus apoiadores de que a meta é a *redução das desigualdades e injustiças do sistema*.

Segundo Prates (2019), está prevista uma redução de quase 50% no valor das aposentadorias concedidas a partir da modificação das regras de cálculo do benefício dos contribuintes. Além disso, o aumento do tempo mínimo proposto desconsidera a dificuldade que trabalhadores pobres em ocupações informais têm de conseguirem se aposentar, dificultando-lhes ainda mais o acesso, já que, cerca de 54% dos homens não conseguiriam se aposentar por idade por não contribuírem pelo tempo mínimo de 20 anos há dois anos atrás (PRATES, 2019).

Novamente atacando especialmente populações marginalizadas e fragilizadas, a reforma prevê a possibilidade de pagamento menor a um salário mínimo para viúvas e órfãos desde que tenham qualquer outra fonte de renda, e para aqueles aposentados por invalidez, que antes receberiam o equivalente ao valor integral do último salário, agora só terão direito a tal valor se a incapacidade permanente for diretamente decorrente de acidente ou doença do trabalho (PRATES, 2019).

Ainda, em um cenário no qual o aumento da população vivendo abaixo da linha da pobreza é significativo nos últimos anos, em dados de 2017 são 7,4% da população vivendo com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, ou seja na linha de



Figura 2: EXPLOSÕES (Colagem manual, tamanho A5). Fonte: Tássia Rocha.

extrema pobreza global, além de 13,13% da população na situação de pobreza - com rendimentos inferiores a R\$ 236,00⁶ - (IBGE, 2018), a proposta inclui a possibilidade de que pessoas *em condição de miserabilidade* que não contribuíram à Previdência pelo tempo mínimo exigido terão direito a benefício no valor de R\$ 400,00 reais a partir dos 60 anos em um sistema de aumento progressivo que atingirá o salário mínimo na idade de 70 anos (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

Não há, portanto, dúvidas de que o retrocesso imposto ao sistema previdenciário e legislações trabalhistas atingirá a classe trabalhadora como um todo, no campo e na cidade. No entanto, é urgente destacar as desigualdades de gênero que ainda persistem no mercado de trabalho e que tornam as mulheres ainda mais penalizadas pelas medidas propostas.

Dados do IBGE de 2017 apontam que o envolvimento das mulheres em atividades produtivas é menor que o dos homens; aquelas que participam do mercado de trabalho ocupam posições menos valorizadas socialmente e com remuneração média 28,8% inferior à dos homens, cerca de um terço ganhava até um salário mínimo; além disso, a desocupação é maior entre as mulheres, especialmente jovens, do que entre os homens; e quase metade daquelas ocupadas não possuía carteira assinada, trabalhando em atividades informais, por conta própria ou como auxiliares de familiares. Sobre as mulheres negras, a desigualdade tem ainda maior peso pela dupla discriminação enfrentada no mercado de trabalho, sua remuneração média é 70,5% menos que as mulheres brancas. Com índices de informalidade altos e salários baixos, mais de um terço das mulheres ocupadas, ou seja 14,5 milhões de mulheres declararam não estar contribuindo para a Previdência, percentual que chega a mais de 60% entre as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras *por conta própria* (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019).

Não coincidentemente muitas atividades ligadas à limpeza, educação e cuidados são ocupações majoritariamente femininas pois são 'extensão' do próprio trabalho doméstico a elas designado. A divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade para a maior parte da população brasileira e relaciona-se fortemente com a condição das mulheres no mercado de trabalho "impedindo-as de construir uma trajetória laboral com mais qualidade" (DIEESE, 2019). Às mulheres, além da exploração precarizada de sua mão de obra, ainda pesam as responsabilidades pelos afazeres domésticos e por todas atividades que envolvem a reprodução social. Dados apontam que mulheres ocupadas dedicavam em média 17,3 horas semanais à realização de afazeres domésticos, contra 8,5 horas por parte dos homens (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019). Ou seja, "se considerada a soma entre as horas de trabalho produtivo e reprodutivo - a chamada dupla jornada -, as mulheres passam semanalmente 54,2 horas trabalhando, enquanto os homens trabalham 49,9 horas semanais" (DIEESE, 2019).

A desigualdade laboral entre homens e mulheres tem reflexos diretos no acesso à previdência, e, portanto, são elas que estão em desvantagem para contribuir ao sistema: mais de 60% das aposentadorias por idade são concedidas às mulheres, que

⁶ O relatório do IBGE de 2018, relativo aos dados do ano anterior, traz os dados ancorados a três linhas de pobreza disponibilizadas pelo Banco Mundial. O valor de US\$ 1,90 por dia (ou cerca de R\$ 140,00 mensais), o mais baixo deles, é utilizado para países de baixa renda ou em conflito, portanto é o nível referente à extrema pobreza mundial. O Brasil, é classificado como país em desenvolvimento com renda média-alta, para o qual o índice de referência é US\$ 5,50 per capita ao dia, o equivalente a cerca de R\$ 406,00 mensais. Abaixo deste índice vivem aproximadamente 55 milhões de pessoas, ou 26,5% da população. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf> Acesso em 09/08/2019.

são minoria entre os indivíduos que conseguem aposentar por tempo de contribuição - a média de tempo em que estas mulheres conseguiram contribuir foi de 16 anos. Também elas recebem a maior parte das pensões por morte e os benefícios de assistência ao idoso, destinados a quem não preencheu os requisitos mínimos para a aposentadoria. Ainda assim, os valores, entre aposentadorias e benefícios, são em média inferiores aos pagos aos homens (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019).

Utilizar do argumento de que as mulheres contribuem menos para o sistema previdenciário (além de terem expectativa de vida em média sete anos mais alta que a dos homens) para diminuir as políticas específicas para elas, é desconsiderar as perversas dinâmicas sociais que subjagam e oprimem as mulheres durante toda a vida laboral e doméstica.

Apesar da imensa desigualdade no mercado de trabalho, há anos os dados do IBGE apontam um aumento continuado dos domicílios chefiados por mulheres. Em 2017⁷, 30,5 milhões de domicílios tinham como responsáveis mulheres, cerca de 28,5% do total (IBGE, 2018). Pesquisas apontam que o fenômeno é predominantemente urbano e baseia-se tanto na chefia feminina em famílias onde há a ausência da figura masculina - ou seja família composta por mulher, filhos e/ou outros dependentes onde não há cônjuge ou companheiro - , quanto em uma transformação de valores culturais referentes ao papel das mulheres na sociedade, além de seu ingresso intensificado no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade e a diminuição dos índices de fecundidade (IBGE, 2010 apud SILVA, 2017).

As necropolíticas neoliberais são um instrumento da dominação político-econômica sobre seres sociais muitas vezes invisibilizados pelo gênero, pela renda, por idade, pela orientação sexual ou por alguma deficiência física. Compreender as intersecções entre as políticas neoliberais de austeridade e a crescente fragmentação do tecido urbano é central para compreender como a produção de espaço e principalmente a produção das cidades são absolutamente marcadas pelas relações entre gênero, raça e classe. O conceito de *feminização da pobreza* aponta que no contexto de sociedades patriarcais a pobreza é majoritariamente feminina, as mulheres são apenas 51% da população mundial e, no entanto, 70% da população pobre é composta pelo gênero feminino (SILVA, 2015 apud ISAIAS, 2017). A cidade expressa e muitas vezes reforça a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gêneros. Às populações mais pobres e marginalizadas, compostas predominantemente por mulheres, são destinados os espaços periféricos e residuais na lógica do mercado imobiliário, as piores ocupações e os empregos mais exploratórios, além da repressão policial e a negação dos direitos fundamentais à moradia e à cidade.

A habitação, historicamente espaço destinado às mulheres e ao trabalho reprodutivo, tem papel central no desenvolvimento de políticas em prol da justiça social já que os indicadores de déficit habitacional nas grandes cidades demonstram que as políticas de urbanização segregadoras, e gentrificadoras do espaço urbano, que constroem cidades cada vez mais injustas e elitistas vilipendiam principalmente as mulheres:

Também em razão do estabelecimento de papéis e responsabilidades generificados e das hierarquias entre homens e mulheres, as mulheres são as que mais sofrem com a falta de moradia ou com a inadequação das suas condições, como a falta de água, rede

⁷ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 09/08/2019.

deesgoto, coleta de lixo e energia elétrica. Sofrem também com a inexistência ou precariedade dos equipamentos públicos essenciais, tais como postos de saúde, escolas e creches; com falta de infraestrutura urbana, como iluminação pública, de praças, áreas e opções de lazer. São também mais afetadas pela insegurança produzida pela falta de transporte público próximo à moradia, pela existência de áreas ociosas e terrenos baldios, etc (FERREIRA, 2009, SALLOUM E SILVA, 2014, SOUZA, 2013, VIANA, 2005 apud ISAIAS, 2017).

É preciso enfrentar a desconstrução da habitação como um bem social e sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro, isto é, o domínio crescente de atores, mercados e práticas financeiras, em diversas escalas, e que resultam numa transformação estrutural da economia. Esse processo de financeirização da moradia trata-se, segundo ROLNIK (2015), “não apenas de uma nova política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos”, tornando a habitação uma mercadoria fictícia, dotada de valor mercadológico e não mais cumprindo sua função social, garantida por lei.

A bibliografia aponta que as mulheres estão na linha de frente do processo de enfrentamento à financeirização do urbano. Por serem elas que vivenciam de forma imediata “a falta ou insuficiência de políticas públicas relacionadas à garantia do direito à moradia e serviços e infraestruturas” são também elas que “estão em maioria em associações comunitárias, movimentos de bairros, entidades e movimentos de luta por moradia e por reforma urbana” (ISAIAS, 2017). Esta é uma realidade, por exemplo, nas ocupações urbanas nas grandes cidades. Segundo Silva (2017), as ocupações colocam-se como oposição ao urbanismo neoliberal e à financeirização do urbano e do próprio aparato estatal. São ainda, reação “ao desemprego e às remoções, à falta de moradia e à especulação com o preço da terra” (SILVA, 2017) e indicam a urgência de políticas habitacionais para a população de baixa renda.

Poderíamos dizer que a união desse setor da população, a princípio, tem origem justamente na sua exclusão dos processos de decisão política e no enfraquecimento que sofreram devido ao modelo de desenvolvimento corrente. São grandes contingentes de baixa renda que, ao reconhecerem seus direitos básicos (ou a ausência dos mesmos), desencadeiam movimentos de reclame por maior igualdade e uma sociedade mais democrática (CARDOSO, 2008 apud SILVA, 2017).

As ocupações urbanas são territórios autônomos de luta direta pela reforma urbana pela construção de cidades menos excludentes e tornam-se, pela práxis da autoprodução popular do território, importantes locus de transformação das relações implícitas pela divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado. Silva (2017), analisando o caso da Ocupação Eliana Silva, no município de Belo Horizonte, reitera que o senso de comunidade das mulheres da ocupação e sua capacidade organizativa são importante faísca de seu *movimento empoderador*, instrumento utilizado por elas para sua própria emancipação da opressão do sistema de divisão sexual do trabalho, permitindo-lhes lutar por seus direitos à terra, moradia, educação, trabalho e renda, germinando possibilidades de liberação da dependência feminina. A luta destas mulheres organizadas obteve êxitos importantes como a construção da Creche Tia Carminha, já que a luta destas mulheres passa também pelo papel central da maternidade na vida de muitas delas, e a segurança da posse da casa no nome da mulher, o que promove mais estabilidade e segurança à toda a família

principalmente em casos de violência doméstica, já que a vítima não precisará permanecer sob o mesmo teto do agressor ou ficar sem moradia junto aos filhos. Ademais, a violência doméstica foi estabelecida como inadmissível na Ocupação, o que geraria expulsão imediata dos agressores (SILVA, 2017).

Entretanto, as importantes conquistas deste e de outros casos da luta organizativa das mulheres nos grandes centros urbanos não podem ser romantizadas, Silva (2017), lembra que os avanços conquistados são dignos de atenção mas a complexidade das relações de poder limitam ações particulares:

[...] a realidade de muitas dessas mulheres reitera uma configuração comum desde a primeira onda do feminismo, quando os protestos por igualdade de direitos e por acesso ao mercado de trabalho, em muitos casos, foram subvertidos pela lógica do capitalismo associada aos ditames da dominação masculina, que impôs às mulheres a realização da dupla jornada de trabalho. Várias dessas mães, ao voltarem pra casa após longos dias de trabalho, ainda cumprem as atividades domésticas (SILVA, 2017).

Em um contexto no qual 80% das pessoas proprietárias de terras no mundo são homens (ONU, 2012 apud ISAIAS, 2017) e o acesso à moradia digna dentro do sistema capitalista de produção de cidades passa pela necessidade do acesso à propriedade da terra urbana, a exclusão histórica das mulheres, da população negra e pobre através deste instrumento é ainda um dificultador para que tais grupos possam ter garantido seu direito à moradia digna. (ISAIAS, 2017). Às mulheres recaem as dificuldades inerentes à pauperização e ainda, outras relacionadas à estrutura patriarcal que privilegia a proteção da propriedade privada “porque nas sociedades patriarcais possuir propriedade é sinônimo de superioridade, de prestígio social” ou seja, está necessariamente vinculado à masculinidade (MONTEIRO, 2003 apud ISAIAS, 2017).



Figura 3: QUESTÕES RECORRENTES (Colagem manual, tamanho A5).
Fonte: Tássia Rocha.

Mais uma vez é notório que a estrutura de exclusão atravessa diversos campos das políticas públicas e das dinâmicas sociais de opressão, reiteradamente vitimando certas populações e deixando-as à margem.

Assim, a produção de territórios insurgente nas cidades a partir da auto-organização da classe trabalhadora, com especial protagonismo das mulheres é resistência às “políticas de morte” às quais o poder financeiro e o Estado submetem estes sujeitos. Especialmente os campos de disputa da luta das mulheres tensionam constantemente a estrutura patriarcal e racista que oprimem suas existências e desafiam as necropolíticas neoliberais atuantes na financeirização do urbano, na precarização do trabalho e do sistema de seguridade social.

Considerações finais

Diante de um cenário de tamanha complexidade, as teorias feministas são importantes ferramentas de análise e proposição para as políticas públicas. A garantia de que mais mulheres estarão em posições de tomadas de decisão no aparelho do Estado e nos territórios autoproduzidos popularmente é primordial para que as necropolíticas neoliberais não avancem na precarização da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Sendo as necropolíticas neoliberais um instrumento da dominação político-econômica, compreender as intersecções entre as políticas neoliberais de austeridade e a crescente fragmentação do tecido urbano é fundamental para compreender como a produção de espaço e principalmente, como o crescimento das cidades são absolutamente marcados pelas relações entre gênero, raça e classe. Os territórios ainda permanecem sob julgo do protagonismo masculino, desde a fruição do espaço público até as esferas de gestão e decisão do planejamento urbano, essa predominância masculina já se mantém por séculos e legitima as práticas altamente masculinizadas, excludentes e patriarcais.

A histórica separação entre as esferas pública e privada, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é promotora de enorme desigualdade no que tange a experiência entre homens e mulheres, desigualdade intensamente agravada quando se analisam demais fatores como classe social e raça, como já exposto. Essa desigualdade deve ser pautada, inclusive, quando se analisa o trabalho doméstico, que sempre foi designado como papel das mulheres. A perspectiva de gênero nas políticas urbanas e, especialmente habitacionais, traz à tona as demandas de grupos invisibilizados pela gestão financeirizada e injusta e, ainda, desvelam o enfrentamento destes fenômenos para a promoção de justiça social.

Como abordamos também, os estudos apontam que as mulheres estão na dianteira do processo de enfrentamento à financeirização do urbano. São as mulheres que vivenciam de forma mais imediata a insuficiência de políticas públicas relacionadas à garantia do direito à moradia e a serviços, são também as mulheres que representam maioria em associações comunitárias, e movimentos de bairros.

No que concerne a atual gestão do país, devemos nos posicionar e buscar uma solução que seja menos danosa na vida dos milhões de brasileiros. A maneira como as políticas estão se desdobrando, nos acende a preocupação de que toda a classe trabalhadora será posta à margem de qualquer direito, o que pode ser analisado através da reforma trabalhista do governo Temer, e da reforma da previdência do governo Bolsonaro, entre outras tantas políticas que privilegiam interesses econômicos vinculados ao capital internacional, através de empresas multinacionais ou de interesses imperialistas do governo norte-americano.

Os reflexos das necropolíticas austeras, como exposto, já atingem milhões de brasileiros, em especial às minorias, e certamente se seguir neste rumo, enfraquecerá o mercado interno, os agricultores familiares, as pequenas e médias empresas e os trabalhadores. Em 20, 30 anos, o Brasil apresentará ainda maiores níveis de concentração de renda e desigualdade com importantes reflexos na fragmentação do tecido socioespacial urbano e na vida das mulheres trabalhadoras.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

CARTACAPITAL, Redação. *O que é a austeridade? E por que os neoliberais a defendem?* Carta Capital. São Paulo, 03 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-a-austeridade-e-por-que-os-neoliberais-a-defendem/>. Acesso em: 10/08/2019.

DIEESE. *PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência*. Nota Técnica nº 202. São Paulo, março de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec202MulherPrevidencia.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. 2ª ed. – São Paulo: Escala, 2006.

ESTADÃO. *Monitor Bolsonaro. Acompanhe o que o governo fez até agora e as propostas que tramitam no Congresso*. Brasil, 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/politica/jair-bolsonaro/monitor-de-projetos/>. Acesso em 11/07/2019.

FEDERICI, Silvia. *Feminismos: la caza de brujas contribuyó a destruir el poder social de la mujer, a desvalorizarla como sujeto*. [Entrevista concedida a] Sarah Babiker. El Salto. 19 de março de 2019. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/feminismos/silvia-federici-brujas>. Acesso em 18/07/2019.

GUEDES, Paulo Roberto Nunes. *Proposta de emenda à Constituição 6/2019: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019. Acesso em 18/07/2019.

HARVEY, David. *Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade*. Novos Cadernos NAEA, v.12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009. ISSN 1516-6481.

HARVEY, David. *O direito à Cidade*. Tradução de Jair Pinheiro. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. *10% da população concentram quase metade da renda do país*. Agência IBGE de Notícias. 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>. Acesso em 13/08/2019.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. *A luta das mulheres das ocupações da Izidora pelo direito à moradia: opressões e resistências*. In V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017.

MARICATO, Ermínia. *As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso*. In: Carta Capital. 04 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-e-repensar-o-brasil-e-preciso/> Acesso em: 30/07/2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolíticas*. Tradução de Renata Santini. Arte e ensaios. Edição nº 32 da Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro. Dezembro de 2016.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. *A necropolítica e o Brasil de ontem e de hoje*. Brasil, 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/08/a-necropolitica-e-o-brasil-de-ontem-e-de-hoje/>. Acesso em 20/07/2019.

PORTO, Gustavo, TOMAZELLI, Idiana, FERNANDES, Adriana. *Proposta de mudança em benefício para idosos de baixa renda foi retirada de texto da reforma*. O Estado de S.Paulo. Matéria publicada em 4 de fevereiro de 2019 e atualizada em 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-nova-previdencia-idosos-de-baixa-renda-va-receber-menos-que-um-salario-minimo,70002707384>. Acesso em: 12/07/2019.

PRATES, Jean Paul. *Reforma da Previdência continua perversa. O Senado cumprirá seu dever?* Carta Capital. Matéria publicada em 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/reforma-da-previdencia-continua-perversa-o-senado-cumprira-seu-dever/>. Acesso em: 13/08/2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Ana Flávia Costa da. *As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia*. In: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole. *O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

VALVERDE, Clara. *Entrevista de Clara Valverde publicada inicialmente em El Diálogo*. Espanha, 11 de julho de 2017. Traduzido por Luiz Morando. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2019/04/23/o-neoliberalismo-aplica-a-necropolitica-deixa-morrer-pessoas-que-nao-sao-rentaveis>. Acesso em 11/07/2019.